



Nº 1, julho 2015

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

A geopolítica da energia e do desenvolvimento no Leste Asiático: as Ilhas Senkaku/Diaoyu e as tensões sino-japonesas

PONTO DE VISTA, Nº 1, julho 2015
ISSN 1983-733X.

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira¹

RESUMO

As Ilhas Senkaku/Diaoyu são palco de uma disputa territorial entre China e Japão que perdura desde a segunda metade do século XX. Apesar de ser um conjunto de ilhas rochosas, aparentemente de pouca relevância para as economias asiáticas, é postulado que existem reservas energéticas importantes no seu entorno marítimo, além de suas localizações estratégicas tanto para o governo chinês como para o japonês. Essa dissuasão política intensifica tensões e potencializa relações sino-japonesas instáveis tanto por questões territoriais e nacionalistas, como energético-econômicas. Neste sentido, o objetivo do artigo é tratar da disputa sino-japonesa pelas Ilhas Senkaku, em uma perspectiva energética, visto que elas fomentam o ressurgimento de tensões históricas, sendo, em parte, alavancadas pela expansão chinesa para os mares e pela busca de ambos os países por recursos energéticos estratégicos para o suprimento de suas altas demandas internas. A hipótese que permeia o trabalho é de que, devido à crescente demanda por energia tanto da China quanto do Japão e as predisposições históricas a dissuasões entre os países, as Ilhas Senkaku se tornaram um epicentro de potencial conflito. Assim, pretende-se compreender a disputa das Ilhas e sua relevância para o cenário geopolítico do Leste asiático.

Palavras-Chave: Energia; Relações Sino-Japonesas; Ilhas Senkaku/Diaoyu

¹ Graduada em Ciência Política pela UNIRIO e atualmente mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da UFRJ. Integra ainda o LABMUNDO e o GRISUL/UNIRIO. Email: alanacamoca@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, algumas notícias tem reiterado a importância de se estudar a geopolítica do Pacífico, pois a expansão chinesa e algumas políticas adotadas pelo Japão no século XXI tem colocado em voga relevantes valores estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o Japão busca modificar a Constituição de 1947, ao passo que a China cresce economicamente e visa um desenvolvimento pacífico.

Apesar de a China emergir no cenário mundial com um discurso pacifista de ascensão, ela tem incitado dúvidas por parte do governo japonês que reitera seus receios com relação ao seu vizinho em seus anuais Livros Brancos de Defesa, tendo em vista as crescentes tensões oriundas das disputas no Mar do Leste, sobretudo, a respeito das Ilhas Senkaku. Igualmente, a dissuasão existente entre a China e o Japão a respeito das Ilhas Senkaku, tem se tornado de extrema relevância, tanto pela ótica da segurança energética quanto pela dinâmica territorial marítima, englobando a questão da ascensão pacífica chinesa, as históricas relações políticas instáveis sino-japonesas e a capacidade de projeção norte americana para o leste asiático devido sua aliança com o Japão.

Deste modo, o objetivo é tratar das relações sino-japonesas e a questão das Ilhas Senkaku, já que elas além de fomentarem o ressurgimento de tensões históricas, também são, em parte, alavancadas pela expansão chinesa para os mares e pela busca de ambos os países por recursos energéticos estratégicos. Isto é, ausência do suprimento de suas altas demandas internas.

Nesse sentido, a hipótese que permeia o trabalho é de que, devido a crescente demanda por energia tanto da China quanto do Japão e as predisposições históricas a dissuasões entre os países, as Ilhas Senkaku se tornaram um epicentro de potencial conflito. Desta forma, tomando como contexto o cenário de gradativa escassez de recursos atrelado as tensões sino-japonesas, pretende-se compreender sobre a disputa das Ilhas e sua relevância para o cenário geopolítico do Leste asiático.

Portanto, a organização do presente artigo se configurará da seguinte forma: o primeiro momento trará a relevância da geopolítica do mar e principalmente da energia para o contexto internacional, observando a relevância dos recursos para o Japão e para a China; e posteriormente será analisado o caso das Ilhas Senkaku, com a composição da mesma e sua história, além da sua relevância para as tensões sino-japonesas na atualidade.

2. GEOPOLÍTICA DO MAR E DA ENERGIA

Uma vez que o objetivo deste presente trabalho, além de analisar a geopolítica da energia, norteia a importância e relevância do mar, tendo em vista as investidas e expansões marítimas chinesas, é preciso adentrar na Teoria do Poder Marítimo de Alfred Mahan ([1890] 2013) de maneira breve. O autor ao observar o potencial hegemônico da Inglaterra, elabora uma teoria de poder onde analisa a história da supremacia marítima inglesa, traçando a relevância do mar para a consolidação da Grã Bretanha como potência e a necessidade da expansão dos EUA para os oceanos.

Para tanto, Mahan apresentará argumentos sobre a necessidade de desenvolvimento dos litorais e controle de rotas comerciais para os EUA na competição internacional. Em sua visão, a expansão do poder marítimo aumenta a projeção do país, da mesma maneira como corrobora para o crescimento do mesmo. Desta forma, Mahan enumerará as seis principais características que afetariam o poder Naval das Nações, seriam eles: situação geográfica, configuração física, extensão do território, dimensão da população, caráter dos habitantes e classe de governo (MAHAN, 2013: p.308).

Neste artigo o primordial é relevar a importância da posição geográfica de um país, tendo em vista que ela é fundamental para medir a capacidade de sua projeção para o mundo e também quais são os recursos que o Estado detém e quais lhe faltam. Mahan (2013: p.308-310) considera que a posição geográfica de um país expressa a sua localização em relação às rotas marítimas e, concomitantemente, ao território de potências inimigas. Spykman (1938: p.32) evidencia em seu discurso a importância das questões geográficas para a riqueza e a potência das nações, apontando que “desde a Revolução Industrial, o poder se tornou cada vez mais vinculado e identificado como poder industrial. Deste modo, recursos minerais e naturais e organização industrial se tornaram pré-requisitos de poder, seja na terra ou no mar”. Nesse sentido, é sabido que existem diversas investidas de países desenvolvidos, como França, Japão e EUA, e países em desenvolvimento como China, Índia e Brasil, em territórios cuja prospecção e a abundância de recursos naturais é comprovada e ainda não foram plenamente explorada.

Outrossim, Morgenthau (2003: p.219) considera que os recursos naturais dentro de cada país são um dos elementos constitutivos do poder nacional. Deste modo, o autor se refere aos alimentos e as matérias primas; no segundo caso, Morgenthau falará sobre a importância que os recursos naturais possuem para a produção industrial e, de modo mais particular, para a condução de uma guerra. Assim, Morgenthau também apresentará o petróleo como um alicerce do poder nacional de cada Nação, apresentando como o recurso é útil para cada país. Por esse motivo, países como EUA

e Inglaterra teriam se aproximado de países que possuem grandes reservas de petróleo no Oriente Médio, onde foram estabelecidas relações que permitiam o acesso exclusivo de depósitos de petróleo em certas regiões.

Segundo Klare (2008: p.41), os níveis atuais de recursos tendem a se tornar escassos, uma vez que não é possível reproduzir a criação de petróleo e gás, por exemplo, em um espaço curto de tempo, e apesar das companhias de petróleo gastarem mais dinheiro a cada ano, as descobertas tem se tornado menores e as reservas são piores do que as descobertas nos anos anteriores (KLARE, 2008: p.38).

When a major resource is first exploited for human use, developers naturally go after the easy-to-excavate deposits: those that lie close to the surface, are concentrated in large and rich deposits, are located close at hand, or are found in welcoming countries. This is the “easy oil,” “easy coal,” and “easy natural gas” that companies prefer to exploit. Typically, most of these “easy” deposits are exhausted by the time a resource approaches its peak moment, as now appears to be the case for oil, and soon will be so for natural gas, coal, uranium, and a number of other vital substances. This means we are largely left with “tough oil”: deposits buried deep underground or far offshore, scattered in small, hard-to-reach pockets that often contain significant impurities, or located in unfriendly, corrupt countries or hazardous locations. Even if the resources exist, investors may be disinclined to risk the vast sums that will be needed to develop these unappetizing deposits, or extraction and transportation difficulties of all kinds will cut into future supplies (KLARE, 2008: p.34-35)

O argumento de Klare compreende que no momento onde há demanda por recursos e há, em contrapartida, a escassez do mesmo, surge a eminência de um conflito potencial entre grandes e médias potências em um futuro próximo.

Until recently, the global hunt for vital resources had been dominated almost entirely by the mature industrialized powers. Three centers of economic might—the United States, Japan, and Europe—devoured the vast majority of the oil, natural gas, coal, uranium, and other primary sources of energy used worldwide, along with disproportionate amounts of other industrial commodities such as iron ore, copper, aluminum, and tin. In the past decade or so, however, brash young competitors have been muscling their way onto the scene with roaring economies that devour mammoth quantities of raw materials just to sustain their explosive rates of growth. The emergence of these assertive new consumers has completely altered the resource playing field. (KLARE, 2008: p.63)

Considerando a análise de Klare, de Spykman, Morgenthau e Mahan, torna-se necessário mencionar a China, pois ela emerge no cenário internacional a partir da década de 1990 como uma potência que mobiliza cada vez mais recursos energéticos e apesar de deter grande quantidade de riquezas em seu território, não são suficientes para suprir suas demandas, sendo um grande

importador de petróleo no cenário internacional, alcançando mercados antes dominados pela Europa, EUA e Japão. A China está expandindo seu território marítimo e renovando suas frotas, do mesmo modo que o Japão compete com a China pelos recursos energéticos, sendo extremamente deficitário devido a pouca produção de petróleo e gás natural em seu território. Podemos pensar que as Ilhas Senkaku voltam a ser questionadas de forma mais incisiva no século XXI devido ao aumento das demandas energéticas internas tanto do Japão como da China.

Afinal, segundo a Agência Internacional de Energia, estima-se que há no Mar do Leste da China grandes quantidades de recursos minerais que são importantes para suprirem as demandas internas tanto da China como o Japão. Ainda assim, a região possibilita um acesso avantajado ao Mar do Leste da China, onde principalmente o estreito de Okinawa, tem potencial de recursos de gás natural que podem contribuir para suprir as demandas domésticas chinesas e japonesas. (EIA, 2014).

Ainda assim, segundo Milani et al (2014: p 38) os recursos minerais são fatores estratégicos para as economias nacionais no mundo todo, pois os países com minérios importantes tem suas capacidades econômicas e políticas aumentadas no tabuleiro internacional, tendo em vista que a autossuficiência em energia e matérias primas diminui a dependência de um Estado, “tornando-o mais livre para agir internacionalmente”. Nesse sentido “controle desses materiais pode, em última medida, influenciar a capacidade e o custo do projeto de desenvolvimento de outros Estados, que se tornam sensíveis às decisões políticas do exportador”.

3. A ENERGIA E A CHINA: NECESSIDADES ENERGÉTICAS CHINESAS

No início em 2002, a China consumia quase 7% do petróleo global, enquanto os EUA absorviam 20%, assim, é possível notar um gradativo aumento do consumo chinês em 2006, com 8,5% do consumo mundial e em 2014 com 12% (BP, 2006). Em termos gerais, em 2002 a China absorvia apenas 9% do consumo total de energias primárias², enquanto em 2014 a China consome 22% das energias primárias, ultrapassando os EUA que consomem 17,8%. Mas o crescimento chinês trouxe uma grande diferença, pois em 2006 a China já absorvia 16% da energia mundial. Enquanto, observamos o Japão, o percentual mundial aumenta de 2002, onde consumia 3,4%, para 2006, consumo de 5%, e cai em 2014 para o consumo de 3,7% da energia mundial. Esse fator se dá

²As energias primárias consideradas são: Petróleo, Carvão, Eletricidade, Gás Natural, Energias Renováveis e Energia Nuclear.

principalmente devido ao aumento do consumo de países em desenvolvimento como China e Índia (BP, 2002;2015).

Neste sentido, a China tem procurado alianças com países na África, na América Latina e no Oriente Médio, investindo em indústrias e em desenvolvimento nos países, visando os recursos naturais e minerais. Como menciona Klare (2008: p.28):

It is hard to imagine that President Hu Jintao would have dedicated as much time as he has to traveling through Central Asia and Africa, currying favor with prospective oil producers, if he did not feel immense pressure to line up as many additional reserves as possible while supplies last. The same can be said of Japanese leaders, who have devoted equally outsized attention to these producers.

4. A ENERGIA E O JAPÃO: NECESSIDADES ENERGÉTICAS JAPONESAS

O Japão desde o fim da Segunda Guerra Mundial importa grandes quantidades de petróleo para alimentar sua indústria e suprir as demandas da população. Todavia, diferente da China, o Japão nunca foi detentor de uma abundância de recursos naturais, e apesar de descobrir algumas reservas de gás em seus territórios marítimos³, o Japão é deficitário de energias como petróleo e gás natural. Somado a isso, o incidente em Fukushima⁴ em 2011, causou uma maior necessidade de importação de produtos energéticos e urgência da criação alternativa de energias renováveis para o consumo do Japão. (ENERGY PLAN OF JAPAN, 2014: p.4)

Segundo Hiranuma (2014), o Japão está mais dependente de combustíveis fósseis importados, principalmente do gás natural⁵. Devido aos elevados custos de importação de recursos, em 2013, foi anunciado o recorde de déficit japonês em sua balança comercial de US\$112 bilhões. O Japão durante muito tempo se sentiu confortável com a utilização da energia nuclear, o governo quase não se esforçou em gerenciar o risco do aumento do preço de combustíveis fósseis na possibilidade da necessidade de desligamento de uma das usinas nucleares do país⁶.

³Ver em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,japao-descobre-reserva-de-gas-natural-no-fundo-do-mar,146976e>

⁴Grande parte da usina nuclear de Fukushima foi destruída e imensa quantidade de radioatividade foi liberada. A região foi atingida com um terremoto de 8,9 graus na escala RICHTER e o tsunami abalaram no dia 11 de março a usina. Ver mais em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/fukushima-ainda-luta-contrasequelas-do-acidente-nuclear-4990.html>

⁵ Segundo Hiranuma (2014) os principais exportadores de gás natural para o Japão são Oriente Médio (29%), Austrália (20%) e Malásia (17%).

⁶Segundo dados do EIA (2015) enquanto a energia nuclear diminuiu de 2010 para 2011 de 280 para 156 bilhões de quilowatt/hours e posteriormente para 17 em 2012. O consumo de gás natural no mesmo período aumenta de 3861 bilhões pés cúbicos em 2010, para 4462 em 2011 e 4472 em 2012.

Como o Japão é um arquipélago e seus maiores fornecedores de petróleo e gás natural estão no Oriente Médio é duplamente interessante para ele controlar rotas marítimas estratégicas do Oceano e investir na marinha. Nesse sentido, para o petróleo e o gás natural chegarem ao Japão é preciso que passem pelo estreito de Hormuz e pelos estreitos de Malacca, pelo Oceano Índico e pelo Mar Sul da China. (FUNABASHI, 2015)

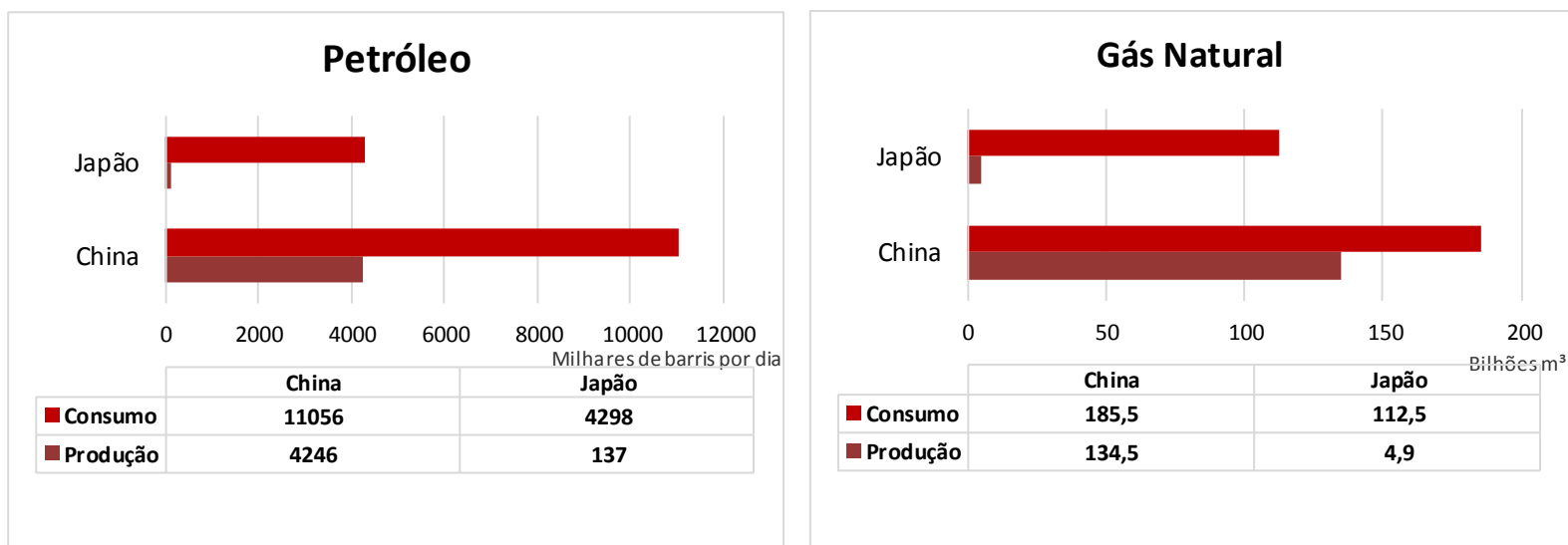
Segundo o Plano estratégico de energia do Japão (2014: p.25) seus limitados recursos de energia e sua demanda significam que 80% do seu fornecimento dependem de fontes estrangeiras, com isso a debilidade do Japão aumenta, visto que precisa criar múltiplas alianças com diversos países para conseguir suprir suas demandas. Por fim, nota-se uma grande importância que o Japão enxerga nos países em desenvolvimento como a China e a Índia, pois eles estariam contribuindo para uma competição pesada em busca de recursos no mundo todo. Destarte:

While the international energy market's center of gravity is shifting to Asia, the influence of China, a rising power, is particularly growing. As China's influence on international politics, economy and energy market increases, how to manage a relationship with China and how to create international order will be a challenge not only for Japan but for the entire world (ENERGY PLAN OF JAPAN, 2014: p.15).

5. BREVE COMPARAÇÃO ENERGÉTICA: CHINA E JAPÃO

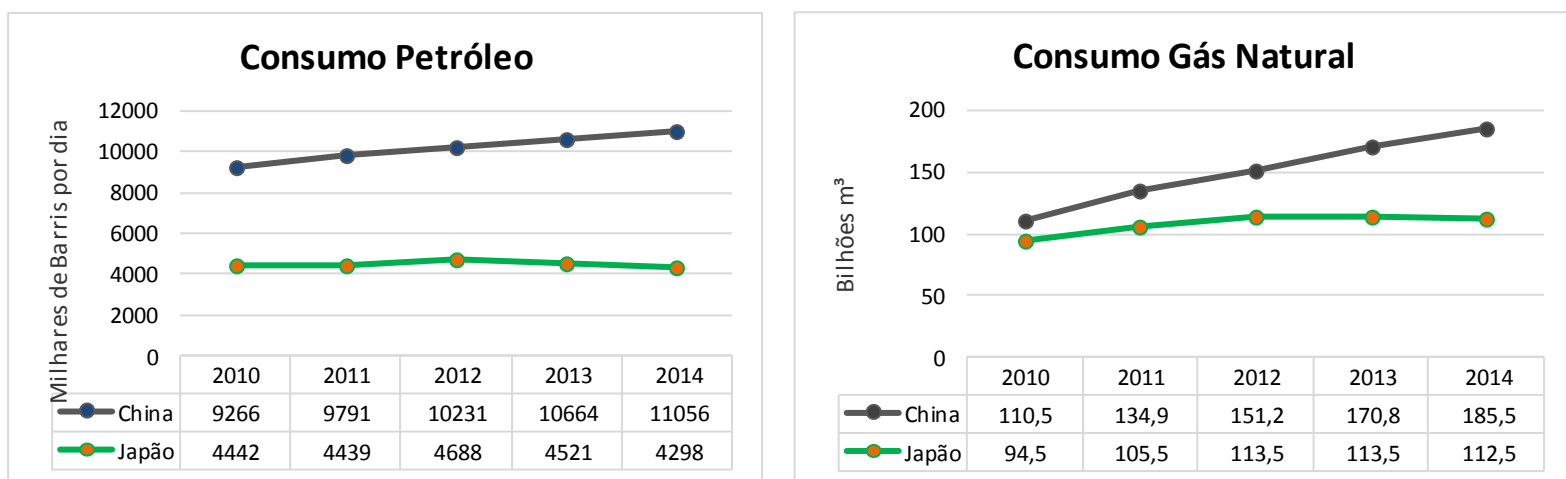
Podemos observar que o Japão consome menos gás natural e petróleo do que a China, todavia nota-se nos gráficos abaixo que comparativamente o Japão importa mais do que a China, porquanto produz em uma quantidade muito menor. Os gráficos abaixo tem o intuito de mostrar a disparidade e igualdade entre os países na produção energética e no consumo. Por entendermos que são os principais recursos energéticos que estão envolvidos no caso das Ilhas Senkaku, foram escolhidos o petróleo e o gás natural.

Gráfico 1: Produção e Consumo de Petróleo e Gás Natural de Japão e China



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BP, 2015; EIA, 2015.

Gráfico 2: Consumo do Japão e da China ao longo dos anos (2010-2014)



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do BP, 2015.

No caso japonês, podemos ver um aumento de consumo tanto de petróleo como gás de 2011 para 2012, uma vez que houve o fechamento de indústrias nucleares. Entretanto esse cenário se modifica em 2013, no caso do petróleo, pela preferência do Japão utilizar energias mais limpas – como o gás natural-; e em 2014 há também uma redução do consumo de gás natural, por causa da volta da utilização de energia nuclear no Japão. Enquanto isso há um aumento crescente no caso da

China, pois suas indústrias e sua população continuam a crescer de maneira acelerada o que aumenta a demanda de energia e do consumo de recursos. Acredita-se que o acelerado desenvolvimento chinês fomenta sua expansão marítima, assim como sua busca desenfreada por recursos. Essa projeção chinesa gera uma situação incômoda para o governo japonês.

Para tanto, a disputa entre China e Japão a respeito das Ilhas Senkaku é alimentada pela premissa presente em toda a narrativa do livro de Klare onde “the global resource race is, however, being propelled by something else, no less powerful: a perception that the world’s stockpiles of essential commodities—oil in particular—are shrinking”. (KLARE, 2008: p.32). Como é mencionado nas palavras do autor “... states like China, Japan, and the United States are compelled to pay ever higher prices for imported fuels as they compete with one another for those materials the surplus states are prepared to supply”. (KLARE, 2008: p.15).

Nesse sentido, tanto o Japão como a China estão buscando recursos energéticos capazes de suprir ou auxiliar nas suas demandas. Em 2013, o primeiro ministro japonês Shinzo Abe⁷, aparecendo no programa de TV Fuji, expressou seus receios e questionamentos a respeito da China estar movendo equipamentos embaixo das águas para explorar recursos de gás natural na área disputada (ABE, 2013 apud HERNER, 2013). Segundo Drifte (2014), apesar de algumas tentativas de construir alianças entre os dois países para explorar a região contestada, elas tem sido em vão.

6. AS ILHAS SENKAKU/DIAOYU: AS TENSÕES SINO-JAPONESAS

As Ilhas Senkaku são constituídas por cinco pequenas ilhotas rochosas desabitadas e localizadas na parte leste do Mar da China, distanciando-se de cerca de 120 milhas náuticas a nordeste de Taiwan, 200 milhas náuticas a leste da China e 200 milhas náuticas a sudeste de Okinawa (Japão). Em razão disso, é possível observar que as ilhas são de extrema relevância geopolítica, tendo em vista que sua formação geológica se encontraria dentro do território marítimo das três nações envolvidas na disputa. (BORGES, 2014: p.21; ASADA, 2007).

Postula-se que as ilhas eram consideradas de baixo valor econômico para os países, propiciando somente a pesca e coleta de penas de aves até 1968. Entretanto, durante uma pesquisa da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Ásia e Extremo Oriente foi revelada a possibilidade da existência de grandes reservas de gás e petróleo na plataforma continental ao redor do arquipélago. Estudos posteriores em 1969, feitos por pesquisadores japoneses, reiteraram previsões

⁷Primeiro Ministro que está no poder desde 2012 até hoje

promissoras a respeito da constituição das rochas e do oceano das Ilhas Senkaku (ASADA, 2007; INTELLIGENCE REPORT OF CIA, 2007: p.22; YANG, 2012: p.22; ARAI, 2012: p.88).

Historicamente, as ilhas pertenciam ao chamado Império Ryukyu, que era formado pelas ilhas Osumi, Tokara, Amami, Okinawa, Miyako e Yayeama. O Império tinha relações tanto com a China como com o Japão, todavia no século XIX, o avanço do imperialismo japonês determinou o fim do Império Ryukyu e a subjugação da população ao imperador japonês em 1872. A partir desse momento as relações diplomáticas sino-japonesas se tornaram estremecidas e por intermédio do presidente norte americano Ulysses Grant, o império foi dividido em duas partes e ficou acordado que as ilhas de Osumi, Tokara, Amami, Okinawa ficariam com o Japão e Miyako e Yayeama, com a China (BORGES, 2014: p.21).

Em 1884, Tatsushiro Toga, comerciante japonês “descobriu” as Ilhas Senkaku durante uma viagem de comércio nas proximidades das ilhas Miyako e Yayeama e, propôs o arrendamento delas a Prefeitura de Okinawa com o intuito de realizar cultivo agrícola. O pedido foi negado, mas em 1890, o governo de Okinawa incorporou as Ilhas Senkaku ao território japonês. Após o fim da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), o Japão tomou territórios chineses, expandindo sua fronteira para as Ilhas Miyako e Yayeama⁸. (BORGES, 2014: p.24; FRAVEL, 2010: p.146; YANG, 2012: p.22).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o Japão vivenciou um período de ocupação militar pelos EUA e em 1951 recuperou sua soberania com o Tratado de São Francisco. Nesse momento, as Ilhas Formosa e as Ilhas dos Pescadores que estavam sob controle do Japão, voltam para a China. (SAN FRANCISCO PEACE TREATY, 1951).

Japan will concur in any proposal of the United States to the United Nations to place under its trusteeship system, with the United States as the sole administering authority, NanseiShoto south of 29 north latitude (including the Ryukyu Islands and the Daito Islands), NanpoShoto south of SofuGan (including the Bonin Islands, Rosario Island and the Volcano Islands) and Parece Vela and Marcus Island. Pending the making of such a proposal and affirmative action thereon, the United States will have the right to exercise all and any powers of administration, legislation and jurisdiction over the territory and inhabitants of these islands, including their territorial waters (SAN FRANCISCO TREATY PEACE, 1951).

⁸O Tratado assinado ficou conhecido como Shimonoseki e ratificou a vitória japonesa na guerra e as posições conquistadas no Mar da China. Além das ilhas, a China cedeu também Taiwan e a Península Liaodong, além de pagar uma indenização ao Japão.

No entanto, no tratado assinado pelo Japão não havia qualquer menção as Ilhas Senkaku, mas constava que as mesmas teriam sido colocadas sob administração dos EUA como parte das Ilhas Nansei Shoto, cujos direitos administrativos foram revertidos ao Japão pelo Acordo entre o Japão e os EUA acerca de Okinawa e das Ilhas Ryuku e das Ilhas Daito.

With respect to the Ryukyu Islands and the Daito Islands, as defined in paragraph 2 below, the United States of America relinquishes in favor of Japan all rights and interests under Article 3 of the Treaty of Peace with Japan signed at the city of San Francisco on September 8, 1951, effective as of the date of entry into force of this Agreement. Japan, as of such date, assumes full responsibility and authority for the exercise of all and any powers of administration, legislation and jurisdiction over the territory and inhabitants of the said islands (REVERSION OF OKINAWA, 1972 apud ELDRIDGE, 2004: p.148)

Nota-se que as Ilhas não foram contestadas pela China e por Taiwan durante o Acordo de São Francisco, sendo apenas contestadas após 1969 quando foi descoberto o imenso potencial de petróleo e gás no subsolo marítimo das Ilhas Senkaku – estimado entre 70 e 160 bilhões de barris e 200 bilhões de metros cúbicos de gás. (EIA, 2014; BORGES, 2014: p.24-25).

Em discordância às afirmações japonesas, a China aponta que existem documentos antigos onde há menção às ilhas Senkaku, onde elas teriam sido incorporadas pelas dinastias Ming e Qing (1644-1911). Nesse sentido, o governo chinês argumenta que as ilhas pertenciam a China desde antes da descoberta japonesa (ZHONGQI, 2007: p77; ASADA, 2007; FRAVEL, 2010: p.147). A China entende que as ilhas foram cedidas ao Japão no tratado de Shinomesaki e por isso, após a segunda guerra com a aceitação incondicional pelo Japão da Declaração de Cairo e Postdam, as ilhas deveriam ser devolvidas para a China (ZONGQI, 2007: p.82).

Durante o período que se estende de 1969 até 1978, aconteceram atritos entre o Japão e a China, mas foram atenuados pelo Tratado Sino-japonês de Amizade e Paz assinado em 1978, acordo que se fundamentava no aumento das relações bilaterais sino-japonesas em uma busca pela integração econômica e resoluções de conflitos na Ásia. Neste momento, foi arquivada a disputa pelas ilhas que se tornariam um assunto de resolução futura, visto que e nada seria resolvido naquele momento (ZHONQI, 2007: p.74).

Entretanto, as crises retornaram na década de 1990, quando o governo japonês aprovou a renovação do farol que havia sido construído em 1978. Esse incidente provocou sentimentos anti-Japão tanto em Taiwan como na China. Novamente o caso das ilhas foi guardado nas prateleiras, mas em 1992 e 1996 existiram novas discórdias. A China declarou as ilhas como parte de seu território na busca por ampliar sua extensão marítima. E em 1996, o governo japonês declarou uma

zona econômica exclusiva em volta das ilhas. Essa disputa sob a jurisdição das ilhas prosseguiu e continua atualmente⁹. (ZHONG QI, 2007: p.75-77).

Outro fator importante de apesar de não ser o foco desse artigo, existe é a importância tática e estratégica das ilhas. De acordo com Valencia (2007: p.129) o Mar do Leste da China é de extrema relevância tática não só para o Japão e para a China, mas também para os EUA.

In the north it guards the entrance to the Tsushima Strait which leads to the Sea of Japan. On its South sits Taiwan, a main bone of contention between China and United States. Moreover, China sees Japan as part of U.S. attempt to contain China and is particularly incensed with Japan's pledge logistical and intelligence support of the United State in the event of a clash with China over Taiwan. It also is concerned with Japan's growing nationalism and assertiveness and fears it may culminate in a revival of Japanese militarism. (...) China hopes to extend its sea defense perimeter into the Western Pacific. But to do that it must be able to move its submarines and other naval vessels through the Ryukyu island chain. Not only does this Japanese-patrolled territory extend almost to Taiwan; vessels and aircraft from the major American base at Okinawa guard against such maneuvers.

Dessa maneira, as ilhas têm uma posição estratégica importante para os países, até mesmo, no caso da China e do Japão, em detrimento da Convenção do Direito do Mar da ONU em 1982, pois as ilhas podem prover uma ZEE¹⁰ e uma plataforma continental, provendo no mínimo 200 milhas náuticas a serem somadas aos territórios japonês ou chinês. (BLANCHARD, 2006: p.212; HSIUNG, 2005: p.5; DRIFTE, 2014). Segundo Hsiung (2005: p.6-7) “either country secure control of the islands, it would acquire a prolonged and enlarged frontier, putting the other side at a disadvantaged position militarily”.

⁹Ver em Zhon Qi, 2007

¹⁰ Zona econômica exclusiva

Figura 1: Mapa da disputa territorial entre China e Japão



Fonte: BBC, 2014

7. AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E JAPÃO E AS ILHAS SENKAKU NO SÉCULO XXI E A ENERGIA

Wang (2012: p.11-13) compreende que as tensões entre China e Japão estão no nível máximo de desde 1978. Segundo ela, a disputa pelas ilhas inabitadas e pequenas no Mar do Leste da China é só um dos conflitos entre as duas nações asiáticas, mas o grande perigo que se esconde nesse conflito é a desconfiança que ambos os países tem um com o outro (WANG, 2012: p.11). Afinal, os japoneses consideram que a China visa as riquezas naturais e minerais nas ilhas, enquanto os chineses entendem que o Japão quer as ilhas para clamarem por um território marítimo entre a China e o Japão (WANG, 2012: p.13; FRAVEL, 2010: p.156).

Observa-se que as Ilhas Senkaku são territórios contestados por grandes potências no Leste Asiático, uma disputa e um desentendimento a respeito da soberania que dura mais de um século. Segundo Wang (2012: p.13):

... some Chinese suspect that Japan wants to use the tension over the islands as a reason to amend the Japanese constitution and remove the constitutional limits on military development. On the Japanese side, some suspect that China wants to increase tensions deliberately so it can challenge Japan's current de facto administrative control over the islands.

Um assunto pertinente sobre a questão energética é a fronteira explorada pela China na disputa pelo grande campo de gás natural chamado Chunxiao pelos chineses, tendo uma extensão que abrange desde os territórios chineses não disputados até a área disputada com o Japão. Todavia, desde 2004, empresas chinesas estão buscando novos depósitos de gás em locais adjacentes à linha mediana e o Japão iniciou uma pesquisa da área, insistindo que está em operação, o que resultou em irritação pelo Vice Ministro do exterior Wang Yi. Nota-se que apesar das disputas, desde 2005, a Companhia de Petróleo *Offshore* Nacional Chinesa começou a perfurar no campo Chunxiao de uma posição de apenas uma milha mais ou menos além da linha mediana clamada pelo Japão. Logo após, Tóquio anunciou que iria permitir empresas japonesas a aplicar pelos direitos de perfuração na zona contestada, e cedeu direitos de perfuração na zona contestada para a Teikoku Oil. (KLARE, 2008: p.222).

O debate a respeito do controle das ilhas voltou para as mídias nacionais e internacionais de cada país após um barco pesqueiro chinês colidir com um navio oficial japonês em 2010. Os oficiais japoneses prenderam o capitão do barco pesqueiro e decidiram colocá-lo para julgamento. Todavia, a China entendeu esse incidente como algo do governo japonês, sendo um plano para mudar o *status quo* no mar leste da china. Nesse sentido, a prisão do capitão foi vista como um sinal de que o Japão modificou sua política sob um entendimento não escrito sobre a permissão de pescadores nas Ilhas Senkaku. (WANG, 2012: p.12; FUJIHARA, 2012: p.40; ARAI, 2012: p.88).

O conflito a respeito da prisão do pescador chinês foi um fator que inflou o debate entre o governo chinês e japonês com diversas acusações de ambos os lados, entretanto a peça chave para a disputa na atualidade foi a decisão do governo japonês sob o governo de Yoshihiko Noda, nacionalizar¹¹ as Ilhas Senkaku (FUJIHARA, 2012: p.43). Isso causou um alarde para a China e também manifestações, pois a China considera isso um ato ilegal visto que a disputa territorial entre os dois países, pois não faria sentido um território “chinês” ser nacionalizado por outro Estado soberano. Desde então as relações entre China e Japão no âmbito político se tornaram conturbadas.

Ainda assim, o Primeiro Ministro Shinzo Abe busca modificar a cláusula do artigo 9º da Constituição japonesa de 1947, e está levantando questionamentos sobre a vontade do Japão se colocar de maneira mais proeminente no campo da defesa internacional. Shinzo Abe propôs uma mudança na Constituição e pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, caso aprovado, o Japão poderá mandar tropas para missões de paz, assim como poderá ter um papel mais incisivo

¹¹As Ilhas Senkaku foram emprestadas ilegalmente para o empresário Koga Tatsuiro e em 1932 vendeu três ilhas para o grupo de empresas da família Tatsuiro. Devido à falência do grupo, a família vendeu as três ilhas para o empresário Kunioku Kurihara em 1972 e em 1978, e até então ele é o proprietário privado das ilhas. Ver em: <http://www.bbc.com/news/world-asia-19540469>

defendendo aliados, principalmente os norte americanos, em caso de ataque (NYTIMES, 2015; INDEPENDENT, 2015).

Ainda assim, os EUA já proclamaram estarem do lado do Japão, pois as Ilhas Senkaku são parte do território japonês, segundo Barack Obama, e por isso estão sob jurisdição do Tratado de Segurança Mútua entre os dois países (THE GUARDIAN, 2014; THE DIPLOMAT, 2014). Para tanto, é possível observar que diante dessa dinâmica a China, o Japão e os EUA estão envolvidos, mesmo que o último de maneira indireta¹².

Dessa forma, Arai (2012: p.89) apresentará a existência de seis conjuntos de relações que definem o conflito no Mar leste da China, seriam eles: 1) Relações EUA-China; 2) Relações China-Japão; 3) Relações EUA-Japão; 4) Relacionamento entre a ilha principal do Japão e Okinawa; 5) Relacionamento entre a China continental e Taiwan; 6) Relações EUA-China-Taiwan-Japão-Okinawa nos contextos da Ásia-Pacífico e Global. Assim, diante dessa dinâmica há uma multiplicidade de atores que importam na questão das Ilhas Senkaku, pois elas representariam não só o *status quo*, mas também oferecem uma posição privilegiada para seu detentor, dado que este terá acesso a potenciais reservas de recursos energéticos.

8. CONCLUSÃO

No que concerne à geopolítica da energia, a descoberta de potenciais reservas de recursos energéticos no entorno das ilhas, juntamente com a necessidade de tanto a China como o Japão de recursos para suprirem as demandas internas de seu desenvolvimento e de suas indústrias, traz à tona um dilema a respeito da necessidade de exploração dos recursos para diminuir a dependência de importação de gás e petróleo de outros países.

A dependência e as taxas de importação de recursos energéticos tanto do Japão como da China são altas e por isso as Ilhas Senkaku representam um pólo de disputa crucial para os países envolvidos, tendo em vista a “corrida energética” proposta por Klare. Ainda assim, as discordâncias a respeito do território marítimo fomentam uma militarização e ao mesmo tempo incitam discórdias a respeito de delimitações territoriais.

Podemos aqui relevar um fator de extrema importância para o discurso atual de “ascensão pacífica” chinesa, pois essa perspectiva de um desenvolvimento pacífico é colocado em cheque devido às relações conturbadas entre Japão e China. Como aponta Buzan (2010: p26) as relações sino-japonesas são determinantes para a possibilidade de ascensão pacífica chinesa, e ao mesmo

¹²Taiwan também está envolvida na disputa, mas não faz parte da análise do presente artigo.

tempo essas relações tem sido negligenciadas pelos dois países, e a maioria dos analistas compreendem que essas relações tendem a ficar piores.

Yet as things stand now, by allowing its relationship with Japan to fester, China strengthens the US position in East Asia, undermines its prospects for peaceful rise in its region, compromises its role in international society, and weakens its bid for global power status (Buzan, 2010: p.29).

Dessa forma, a disputa pelas Ilhas Senkaku deflagram um conflito de delimitação territorial e de interesses energéticos. O conflito territorial ainda existe e continuará existindo a menos que algum dos lados decida barganhar de forma incisiva, pois como foi mostrado, esse assunto a respeito das Ilhas Senkaku se delongou por anos, mas é de crucial importância para o cenário internacional. Nota-se que as ilhas propiciam um acesso as estimadas reservas energéticas, mas ao mesmo tempo, como visamos demonstrar, elas importam na medida em que permitem a expansão territorial e sua presença se localiza em uma rota de extrema relevância tanto para a China, como para o Japão. Somente o tempo dirá em como será acordada a disputa a respeito das ilhas, mas observando as ações da política japonesa e das práticas chinesas no Mar do Leste, é imaginável pensar que essa dissuasão deverá ser decidida em alguns anos, pacífica ou militarmente.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAI, Tatsushi. (2012) Transforming the Territorial Dispute in the East China Sea; In: ARAI, Tatsushi; GOTO, Shihoko; WANG, Zheng. Clash of National Identities: China, Japan, and the East China Sea Territorial Dispute. George Madison University. pp86-96

ASADA, Masahiko. (2007) Senkaku/Diaoyu Islands. Max Planck Encyclopedia of Public International Law. Oxford.

BBC (2014). How uninhabited islands soured China-Japan ties. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11341139> Acesso em: 21/07/2015

BLANCHARD, Jeran-Marc. (2006) China's peaceful rise and sino-japanese territorial and maritime tensions. In: GUO, Suijian. China's peaceful rise in 21 century -Domestic and international condition. Ashgate publishing limited. Pp 211-233

BORGES, Marcos A. S. (2014) Segurança Energética no Mar da China: o Caso das Ilhas Senkaku/Diaoyu. Revista de Geopolítica, Natal, v. 5, nº 1, p. 15-30, jan./jun.

- BP. (2002) Statistical review of world energy. Disponível em: www.bp.com/centres/energy/ Acesso em: 14/07/2015
- _____. (2006) Statistical review of world energy – Quantifying Energy.. Disponível em: www.bp.com/centres/energy/ Acesso em: 14/07/2015
- _____. (2015) Statistical review of world energy. Disponível em: www.bp.com/centres/energy/ Acesso em: 13/08/2015
- BUZAN, Barry. (2010) China in International Society: is “Peaceful Rise” Possible? The Chinese Journal of International Politics. Vol. 3.
- CHINA DAILY. (2014) Survey finds pessimism in ties with Japan. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/2014-09/10/content_18571059.htm Acesso em: 21/07/2015
- CHINA’S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD. (2005). Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2005/Dec/152669.htm>
- CHUNG, Jae Ho. (2007) China and Northeast Asia: A Complex Equation for ‘Peaceful Rise’. Political Studies. Association. Vol.27(3).
- DEFENSE OF CHINA (WHITE PAPER) (2013). The Diversified Employment of China's Armed Forces. Information Office of the State Council. Beijing, April.
- DEFENSE OF JAPAN (ANUAL WHITE PAPER) (2014). Defense of Japan. Ministry of Defense. Tokyo.
- DRIFTE, Reinhard. (2014) The Japan-China Confrontation Over the Senkaku/Diaoyu Islands – Between “shelving” and “dispute escalation”. The Asia-Pacific Journal, Vol. 12, Issue 30, No. 3.
- EIA. East China Sea. (2014) International energy data and analysis. Disponível em: <http://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=ECS> Acesso em: 17/07/2015
- ELDRIDGE, Robert D. (2004) Post-Reversion Okinawa and U.S.-Japan Relations. A Preliminary Survey of Local Politics and the Bases, 1972-2002.
- EMBAIXADA JAPÃO. (2015) Energia. Disponível em: <http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/energia.html> Acesso em: 17/07/2015
- ENERGY PLAN. (2014) Strategic Energy Plan of Japan. Disponível em: http://www.enecho.meti.go.jp/en/category/others/basic_plan/pdf/4th_strategic_energy_plan.pdf Acesso em: 15/07/2015
- FIORI, J. L. (2004). O Poder Americano. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.
- FRAVEL, M. Taylor.(2010) Explaining Stability in the Senkaku (Diaoyu) Islands Dispute. Japan Center for International Exchange.

FUJIHIRA, Shinju. (2012) Can Japanese Democracy Cope with China's Rise? In: ARAI, Tatsushi; GOTO, Shihoko; WANG, Zheng. Clash of National Identities: China, Japan, and the East China Sea Territorial Dispute. George Madison University. Pp37-45

[FUNABASHI, YOICHI. \(2015\) JAPAN NEEDS GEOPOLITICAL SKILLS. DISPONÍVEL EM: http://www.japantimes.co.jp/opinion/2015/04/15/commentary/japan-commentary/japan-needs-geopolitical-skills/#.Va6I5vIVikp](http://www.japantimes.co.jp/opinion/2015/04/15/commentary/japan-commentary/japan-needs-geopolitical-skills/#.Va6I5vIVikp) Acesso em: 17/07/2015

GORDON, Andrew. (2003). A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to the Present. Oxford University Press. Oxford.

HERNER, Stephen. (2013) China's East China Sea Gas Exploration Latest Flare-Up In Japan-China Senkaku/Diaoyu Island Dispute. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/stephenharner/2013/07/08/chinas-east-china-sea-gas-exploration-latest-flare-up-in-japan-china-senkakudiaoyu-island-dispute/> Acesso em: 03/08/2015

HIRONUMA, Hikaru. (2014) Energy Policy in post 3/11 World. Disponível em: <http://www.tokyofoundation.org/en/articles/2014/energy-policy-in-post-3-11-world> Acesso em: 17/07/2015

INDEPENDENT. (2015) Japan's pacifist constitution after 70 years changes the rules so it can go to war. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/asia/japans-pacifist-constitution-after-70-years-nation-changes-the-rules-so-it-can-go-to-war-9577158.html> Acesso em: 21/07/2015

INTELLIGENCE REPORT OF CIA. (2007) The Senkaku Islands Dispute. Oil under troubled water? Disponível em: <http://cryptome.org/2013/07/guccifer-cia-senkaku.pdf> Acesso em: 17/07/2015

KLARE, Michael T. (2009) Rising Power, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy. Nova York, NY: Holt Paperbacks.

MAHAN, Alfred T. (2013) "Análisis de los elementos del poder naval". Geopolítica(s). Revista de estudios estratégicos. sobre espacio y poder, vol. 4, núm. 2, 305-334..

MILANI, Carlos et al. (2014) Atlas da política externa brasileira. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; CLACSO, Río de Janeiro.

MORGENTHAU, Hans. (2003). A POLÍTICA ENTRE AS NAÇÕES. Clássicos IPRI. Editora UNB. São Paulo.

NY TIMES. (2015) Japan wrestles with its pacifism. Disponível em: http://www.nytimes.com/2015/07/20/opinion/japan-wrestles-with-its-pacifism.html?_r=0 Acesso em: 21/07/2015

PECEQUILO, C. S. (2005) A política externa dos Estados Unidos. Editora da UFRGS. 2ª edição. Porto Alegre.

QINGMIN, Zhang. (2011) China's Diplomacy. The Sinopedia Series. Cengage Learning.

- SAN FRANCISCO TREATY PEACE. (1951) Disponível em <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20136/volume-136-I-1832-English.pdf>
Acesso em: 17/07/2015
- SPYKMAN, Nicholas. (1938) Geography and Foreign Policy, I. The American Political Science Review, Vol. 32, No. 1. pp. 28-50
- SUETTINGER, R.L. (2005) The Rise and Descent of “Peaceful Rise”. China Leadership Monitor. Número 12. Disponível em: <http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkenaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf>
- THE CONSTITUTION OF JAPAN. (1957) The Constitution of Japan. Disponível em: http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/constitution_1947.pdf Acesso em: 15 de junho de 2014.
- THE DIPLOMAT. (2014) Obama Senkaku’s covered under US-JAPAN Security Treaty. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/04/obama-senkakus-covered-under-us-japan-security-treaty/> Acesso em: 21/07/2015
- THE GUARDIAN. (2014) Obama in Japan backs status quo in island dispute with China. 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/apr/24/obama-in-japan-backs-status-quo-in-island-dispute-with-china> Acesso em: 21/07/2015
- THORTON, J.L. (2005) China’s Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004. Disponível em: <http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2015.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo.(2003). A política externa do Japão no final do século xx : o que faltou? São Paulo: Annablume.
- VALENCIA, Mark J. (2007) THE EAST CHINA SEA DISPUTE: CONTEXT, CLAIMS, ISSUES, AND POSSIBLE SOLUTIONS. Asian Perspective. Vol. 31, No. 1, Special Issue on "Reconciliation between China and Japan". pp. 127-167
- WANG, Zheng. (2012) Perception Gaps, Identity Clashes. In: ARAI, Tatsushi; GOTO, Shihoko; WANG, Zheng. Clash of National Identities: China, Japan, and the East China Sea Territorial Dispute. George Madison University. Pp9-18
- WATANABE, Paulo Daniel. (2011). A política externa do Japão no Pós-Segunda Guerra Mundial e os Estados Unidos da América. Disponível em: http://www.ppgri.uerj.br/form/Paulo_Daniel.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2014.
- WHITE PAPER OF CHINA’S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD. (2005) Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN023152.pdf> Acesso em: 17/07/2015

YANG, Daqing. (2012). History: From Dispute to Dialogue. In: ARAI, Tatsushi; GOTO, Shihoko; WANG, Zheng. Clash of National Identities: China, Japan, and the East China Sea Territorial Dispute. George Madison University. Pp19-28

ZHONGQI, Pan. (2007). Sino-Japanese Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands: The Pending Controversy from the Chinese Perspective. Journal of Chinese Political Science, vol. 12, no. 1.